

# POLÍCIA PORTUGUESA

V Série • N.º 2 • JULHO - SETEMBRO 2020



**A POLÍCIA AO SERVIÇO DA ONU**

# POLÍCIA portuguesa

Faça parte de um projeto  
com mais de 80 anos de história!

Leia e colabore na revista  
**POLÍCIA** portuguesa  
e faça parte da história.  
Contamos consigo!

 **POLÍCIA**  
SEGURANÇA PÚBLICA

Mais informações em [www.psp.pt](http://www.psp.pt)  
[revista@psp.pt](mailto:revista@psp.pt)

#### Diretor:

Superintendente-Chefe Constantino José Mendes de Azevedo Ramos

#### Coordenadora:

Dra. Michele Soares

#### Consultor Técnico (Honorário):

Dr. Alfredo Theodoro

#### Corpo Editorial:

Chefe-Principal José Ferreira

Dr. Filipe Costa

Doutor Adolfo Cueto-Rodríguez (HTC | FCSHUNL)

#### Paginação:

Dr. Francisco Rodrigues

#### Fotografia:

Agente Principal Paulo Calhau

Agente Principal Paulo Fernandes

Agente Principal Pedro Valongo

#### Secretariado e Publicidade:

Assistente-Técnica Ana Vieira

Agente Lina Carvalho

#### Participaram neste número:

Chefe Ducília Marques (CDVISEU)

Agente Principal Ana Catarina Lascasas (COMETPOR)

Superintendente Luís Carrilho

Agente Principal Maria Helena Vieira Stork (CDAVEIRO)

Dra. Fátima Medina (Jornalista)

Superintendente Luís Fiães Fernandes

Dra. Gabriela Mendes

Propriedade da Direção Nacional da PSP

Largo da Penha de França, n.º 1

1170-298 Lisboa – PORTUGAL

Telefone: +351 218 111 071

Email: revista@psp.pt

Depósito Legal: 18331/88

Execução Gráfica e Impressão: INcognit Calculation, Unipessoal Lda

Isenta de Registo na ERC, ao abrigo do artigo 12.º, n.º 1, alínea b), do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho.

Os conteúdos dos artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

## SUMÁRIO

### Editorial 02

### Notícias

#### CD AVEIRO

- A Cuidar dos Animais 03
- “Bike PSP Aveiro” em Volta a Portugal Solidária 04
- “Valentina - A Menina de Olhos Azuis” foi estrela na Rádio Vagos FM 05
- “Coluna PSP” - CDAVEIRO em Parceria com o Jornal Diário de Aveiro 06
- Formação de detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos 07
- “Operação Columba” da PSP - Exames Finais Nacionais do Ensino Secundário 08
- O “Meo Kids Camp 2020” esteve na praia do Furadouro, em Ovar

#### CD VISEU

- Armas de Fogo - Curso de Formação Técnica e Cívica 09

#### CM PORTO

- Comando do Porto Assinala Abertura do Ano Letivo 10
- Chefe Principal Dias Ferreira, Polícia e Artista Plástico 11
- “Meo Kids Camp” no COMETPOR 12
- COMETPOR promove doação solidária 13

### Tema de Capa

- A PSP e a ONU 14
- Os Polícias em Missões 24
- Entrevista ao Intendente Jorge Resende Silva 26

### Artigo

- Inteligência Artificial - Desafios e Oportunidades para a Polícia 30

### História e Cultura

- Trunfa - Elementos “exóticos adaptados” nos Uniformes da Polícia de Macau 1938-1963 36



# Nota do Diretor

A Revista da Polícia Portuguesa apresenta-se, neste número, com um novo formato. Movemos todos os esforços para que a revista se reinvente, tornando-se mais perceptível e funcional de modo a aproximar-se cada vez mais de cada um dos seus leitores.

Este número tem uma seminovidade: uma Separata temática. Digo seminovidade, porque, nos anos de 2001 e 2003, existiu este anexo à Revista. Estas separatas são artigos mais amplos e aprofundados que merecem ser destacados. A separata, que agora se publica, é da autoria do Superintendente-Chefe José Matos Torres que atualmente desempenha funções de Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna junto da Embaixada portuguesa em São Tomé e Príncipe. O tema não podia ser mais atual: Uma Polícia para o Século XXI: breves reflexões.

O tema de destaque deste número é a Polícia de Segurança Pública e a Organização das Nações Unidas (ONU), através da UNPOL, e tem como principal objetivo informar e elucidar o Público sobre a Nossa presença e atividades policiais no plano internacional.

Cada Mulher e Homem Polícia, longe de casa e da família, dão o seu contributo, abraçando uma causa tão importante e nobre como a manutenção da paz, restauração do Estado de direito democrático, a proteção de civis e a promoção de uma grande proximidade com as populações locais. Citando o Superintendente Luís Carrilho, é muito importante ter presente que cada elemento da UNPOL é um defensor natural dos direitos humanos.

Dentro desta temática alguns polícias testemunham a sua presença e ação na linha da frente destas Forças de Segurança, terminando com uma entrevista realizada pela jornalista Fátima Medina ao Intendente Jorge Resende da Silva a desempenhar funções de comando na República Centro Africana.

A Inteligência Artificial é abordada num artigo de fundo que nos alerta para os desafios e oportunidades destes sistemas para as Forças de Segurança, suscitando a potencialidade de as tornar mais eficazes e eficientes na prevenção da criminalidade e na promoção da liberdade e segurança dos cidadãos.

A Revista termina com o seu apontamento histórico, com um tema desconhecido para a maioria, a Trunfa, um dos elementos “exóticos adotados” nos Uniformes da Polícia de Macau de 1938-1963.

Eis mais um número da Revista que pretende demonstrar a amplitude de tempo e de espaço da função de Polícia: servir o cidadão em qualquer parte do globo terrestre adaptando-se ao mundo digital mas sem esquecer a história.

Setembro de 2020

Constantino José Mendes de Azevedo Ramos  
Superintendente-Chefe

# A Cuidar dos Animais

**D**e junho a agosto de 2020, o Comando Distrital de Aveiro cuidou de 9 animais!

Em junho, por intermédio da Esquadra de Espinho, o Comando recolheu um pônei da via pública, após telefonema de um cidadão a informar que o animal andava a deambular pela Rua 19, em Espinho. O cidadão tinha sido alertado por cães que às 02H45 ladravam continuamente. O animal foi entregue ao seu proprietário, o qual residia próximo do local e, lamentando o sucedido, agradeceu a esta Polícia.

Por intermédio da Esquadra de Aveiro, o Comando conseguiu também socorrer um milhafre que se encontrava caído no solo, nas imediações de um prédio, situado na freguesia da Glória e Vera Cruz. A ave apresentava alguns ferimentos, pois, momentos antes, tinha voado contra o varandim de vidro da residência de um cidadão. O milhafre foi transportado para o Centro Interpretativo da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ).

Um pouco mais tarde, no mesmo dia, a Esquadra de Aveiro deslocou-se à freguesia de Esgueira, a fim de verificar outra ocorrência relativa a aves, após informação telefónica prestada por um cida-

dão, residente naquela freguesia. No local, foram verificados dois melros, de tenra idade, caídos no solo, sendo que um deles já tinha falecido. Dado o adiantamento da hora, o cidadão prontificou-se a cuidar da ave até ficar recuperada e, logo que possível, colocá-la no seu habitat natural. Foi contactado o Centro Interpretativo da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ).

Em Santa Maria da Feira, os polícias receberam de um cidadão uma ave de rapina que havia encontrado, momentos antes, caída no solo. A coruja, que apresentava ferimentos numa asa, foi entregue ao Parque Biológico de Gaia - uma reserva protegida, situado no vale do Rio Febros, nas freguesias de Avintes e Vilar de Andorinho.

Nos fins de julho, após telefonema de uma cidadã a informar que tinha encontrado um papagaio numa rua de Esgueira, em Aveiro, polícias da Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial dirigiram-se ao local e recolheram a ave, que se encontrava anilhada, o que levava a crer estar registada, para efeitos de detenção particular ou viveiro. A fim de salvaguardar a vida daquela ave exótica, espécime "Amazona Aestivo", foi contactado o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) - Re-

serva Natural das Dunas de S. Jacinto, tendo a ave sido devidamente acondicionada e encaminhada para aquele organismo, através do ferry-boat que liga o Forte da Barra, na Gafanha da Nazaré, a São Jacinto, na companhia da médica veterinária municipal.

Em Santa Maria da Feira, a Esquadra Policial recebeu duas crias de coruja que um cidadão havia encontrado caídas no solo do seu quintal.

No início de agosto, este mesmo cidadão voltou a entregar uma outra cria de coruja, que também foi encontrada caída no solo do seu quintal. As três crias de coruja foram transportadas para o Parque Biológico de Gaia (reserva protegida, situado no vale do Rio Febros, nas freguesias de Avintes e Vilar de Andorinho), a fim de serem devidamente alimentadas e observadas, no intuito de se verificar se necessitavam de tratamento a algum eventual ferimento, antes de serem restituídas à liberdade.

Dias depois, as ciclopatrulhas da Esquadra de Ovar ajudaram um cidadão a encontrar a sua cadela, de raça "Serra da Estrela", que andava perdida. "Kelly" foi encontrada junto às imediações do parque urbano de Ovar, para alívio do seu dono.



Comando Distrital de Aveiro

A cuidar dos animais...



No dia 24 de agosto, às 07H00, a equipa “Bike PSP Aveiro”, constituída por um grupo de 32 polícias, partiu de Aveiro para acompanhar o Chefe Principal Cebola, do Comando Distrital de Évora, até à Figueira da Foz, a fim de se juntar a uma causa solidária – a angariação de donativos para a “Fundação Maria Inácia Vogado Perdigão Silva”, situada em Reguengos de Monsaraz, que passou por uma situação difícil, após ter sido afetada pela COVID-19.

As ciclopatrolhas da Divisão Policial de Aveiro acompanharam-nos, apenas na área de jurisdição deste Comando, e um motociclista, no dia anterior, acompanhou o Chefe Cebola, desde o início da área da res-



**“Bike PSP Aveiro” em “Volta a Portugal”**

**Solidária**

ponsabilidade do Comando até ao Centro de Congressos de Aveiro, local de chegada.

Esta “Volta a Portugal” solidária, que começou no dia 16 de agosto e terminou no dia 05 de setembro, constituiu um percurso de 20 etapas, num total de 2.150 quilómetros.

Diariamente, a Rádio Vagos FM convida uma personalidade para uma conversa informal ao estilo de “talk show”, no programa “Um Café Com”.

No dia 2 de julho - Dia da Polícia de Segurança Pública - a Rádio Vagos FM quis entrevistar a Agente Principal Helena Graça, ao serviço do Programa Escola Segura (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade), do Comando Distrital de Aveiro. O objetivo da entrevista foi dar a conhecer aos ouvintes o papel da “Valentina” (a boneca que tem percorrido as escolas da cidade de Aveiro) e reforçar a importância do projeto, divulgando o lançamento do livro “Valentina – a menina dos olhos azuis”, que reúne vá-



**“Valentina – a menina dos olhos azuis”  
foi estrela na Rádio Vagos FM**

rios contos para crianças e jovens, os quais abordam temas pertinentes como maus-tratos infantis, violência no namoro, discriminação social, prevenção rodoviária, entre outros.





## Formação de detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos

**P**elo DL n.º 315/2009, de 29 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 46/2013, de 4 de julho, os detentores de cães perigosos e potencialmente perigosos são obrigados a frequentar uma formação específica ministrada pela Polícia de Segurança Pública ou pela Guarda Nacional Republicana.

Os detentores residentes na área da PSP devem preencher uma ficha de inscrição própria e enviá-la, por correio eletrónico, para o Comando da PSP da sua área de residência. A PSP notifica o candidato para efetuar o pagamento dos custos de formação, no prazo de 48 horas, e enviar o comprovativo. Oportunamente, a PSP informa os candidatos da data e local de realização da formação. Os

detentores têm de possuir a seguinte documentação: Licença da Junta de Freguesia – registo do animal (por vezes tendo de apresentar uma cópia da inscrição na formação, ficando a sua licença condicionada por 3 meses, até obter aprovação); Seguro de Responsabilidade Civil e Boletim de Vacinas (sendo obrigatória a vacina antirrábica anual dos cães com mais de 3 meses de idade).

É também obrigatório o chip de identificação eletrónica; o registo anual na Junta de Freguesia (os detentores de cães com 6 meses de idade dispõem de 30 dias para proceder ao seu registo e licenciamento); o uso de coleira ou peitoral, com nome, morada e telefone do detentor, sempre que o cão circule na via

pública, e, no caso de cães perigosos ou potencialmente perigosos, para além do açaimo, circular com trela, acompanhados pelos detentores (maiores de 16 anos e titulares de formação de detentor de cães perigosos ou potencialmente perigosos).

No Comando Distrital de Aveiro, da PSP, estas formações específicas, que consistem numa formação teórica e teste de avaliação escrito final, estão a cargo do Núcleo de Formação, sendo que, hoje, das 09H00 às 13H00, foi realizada mais uma sessão, em que ficaram aprovados 5 formandos, de entre 8 candidatos (3 não compareceram). Esta foi a 8.ª sessão realizada por este Comando, desde que a lei entrou em vigor.

# “Operação Columba” da PSP

## Exames Finais Nacionais do Ensino Secundário

Os exames finais nacionais do Ensino Secundário, do ano letivo 2019/2020, realizam-se nos meses de julho e setembro, e, à semelhança do que vem sucedendo nos anos anteriores, apesar da existência de soluções alternativas, nomeadamente, um maior recurso às novas tecnologias, cada vez mais presentes nas escolas, e às empresas especializadas neste tipo de entregas, o Ministério da Educação e Ciência voltou a solicitar a colaboração das forças de segurança.

Esta colaboração materializa-se na “Operação Columba”, de âmbito nacional, em que a Polícia de Segurança Pública envolve um considerável empenhamento de meios, a fim de:

- transportar, guardar, distribuir e recolher os enunciados das provas de exames finais da Editorial do Ministério da Educação e Ciência para os Estabelecimentos de Ensino;
- prestar segurança às sedes de agrupamento;
- transportar os exames finais realizados nos estabelecimentos de ensino para as sedes de agrupamento;
- e transportar as provas de exames finais já corrigidas e cotadas das sedes de agrupamento para os estabelecimentos de ensino.

A finalidade da operação é garantir uma rigorosa inviolabilidade, confidencialidade e segurança das provas de exame,

durante todo o tempo em que estas estejam sob a responsabilidade da PSP.

É, de facto, uma operação nacional de grande envergadura, em que o atual contexto pandémico obriga agora a inovar, para que se mantenha reduzida a possibilidade de transmissão do vírus, garantindo a entrega higienizada dos exames.

O Comando Distrital de Aveiro, da PSP, tem estado envolvido, assim, na referida operação, na área da sua jurisdição, nomeadamente, Aveiro, Espinho, São João da Madeira, Ovar e Santa Maria da Feira.





## O “MEO Kids Camp 2020” esteve na Praia do Furadouro, em Ovar.

No dia 19 de julho, no período compreendido entre as 10H00 e as 17H00, o projeto itinerante “MEO Kids Camp” esteve de regresso à Praia do Furadouro, em Ovar.

Este “tour”, nos últimos cinco anos, durante os meses de julho e agosto, tem percorrido o litoral do país com o tema “Acampamento Índio”, servindo essencialmente para dar a conhecer o “Programa Estou Aqui!® Crianças”, da Polícia de Segurança Pública. Este programa, criado em 2012, em que a PSP entrega, gratuitamente, pulseiras a crianças dos 2 aos 10 anos de idade, no intuito de poderem ser mais facilmente localizadas caso se percam, realiza-se em parceria com a Altice Portugal, através da MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., e da Fundação Altice, Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna, Rádio Comercial, Missing Children Europe e Instituto de Apoio à Criança, tendo já sido distribuídas e ativadas mais de 375 000 pulseiras, nestes 8

anos de programa.

A Esquadra Complexa de Ovar (Divisão Policial de Espinho), do Comando Distrital de Aveiro, acompanhou o evento, e, com o apoio logístico da Câmara Municipal de Ovar, foi criado para o efeito um espaço, com uma área de cerca de 200m<sup>2</sup>, dividido em pequenas tendas e zonas de atividade infantil. Enquanto os polícias divulgavam o programa e ativavam pulseiras junto dos adultos, as crianças divertiam-se com jogos e brincadeiras. De salientar que, no âmbito da Covid-19, todas as atividades estavam adaptadas aos cuidados de higiene e distanciamento social necessários, decorrendo inteiramente ao ar livre. Os jogos e as animações estavam também adaptados, de forma a não proporcionarem ajuntamentos de pessoas e permitindo a rápida desinfeção do espaço e materiais utilizados. No final do evento, contabilizaram-se 107 pulseiras ativadas e entregues, ultrapassando as expectativas (no ano passado, neste mesmo evento, ativaram-

-se 41 pulseiras e, a nível nacional, a maior ativação num só dia foi de 74 pulseiras).

A Polícia de Segurança Pública relembra que as pulseiras do ano anterior deixaram de estar ativas desde o dia 15 de julho. Assim, as famílias que pretendam continuar a usufruir da segurança proporcionada por este programa deverão aderir à edição de 2020 em: <https://estouaqui.mai.gov.pt> e levantar as respetivas pulseiras nas instalações policiais da sua preferência. Adicionalmente, as famílias poderão aderir e levantar a pulseira, de imediato, num dos locais onde decorre o “MEO Kids Camp”. O próximo evento irá decorrer no dia 25JUL2020 (sábado), na Praia Azul Norte - Avenida Maia Brenha, em Espinho.

# Armas de Fogo

## Curso de Formação Técnica e Cívica

O Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Viseu, através do Núcleo de Armas e Explosivos, no período de 28 de agosto a 11 de setembro do corrente ano, coordenou o 8º Curso de Formação Técnica e Cívica para candidatos a licença de uso e porte de arma de fogo respeitando as regras restritivas da Covid 19.

Dos 20 candidatos presentes 19 concluíram o curso com sucesso.

Os principais objetivos deste curso é conceder aos candidatos uma maior segurança no uso, porte, guarda e transporte de armas, como também reforçar os processos de controlo, fiscalização e responsabilização junto dos seus utilizadores.

Desde o início do corrente ano já foram realizados oito Cursos de Formação Técnica e Cívica, dos 158 candidatos inscritos aos vários cursos foram aprovados 137, dos quais 21 não superaram as provas à primeira.





## Comando do Porto Assinala Abertura do Ano Letivo

O Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública do Porto, assinalou no dia 15 de Setembro, junto da Escola Secundária Rodrigues de Freitas, na Praça de Pedro Nunes, na cidade do Porto, a abertura do ano letivo 2020/2021.

Os elementos do MIPP da 1ª Divisão Policial, desenvolveram uma ação de sensibilização para os alunos e respetivos encarregados de educação no âmbito dos cuidados e compor-

tamentos a adotar em contexto escolar, tendo em consideração a atual pandemia.

Elementos policiais da Divisão de Trânsito do Porto realizaram em simultâneo uma ação de fiscalização rodoviária que privilegiou o cumprimento das regras de transporte de crianças.



## Chefe Principal Dias Ferreira, Polícia e Artista Plástico

Ingressou na Polícia de Segurança Pública em 18 de Novembro de 1986. Pertence ao efetivo do Comando Metropolitano do Porto desde 1992, encontrando-se, atualmente, a exercer funções no Núcleo de Recursos Humanos.

O seu percurso nas Artes Plásticas iniciou-se há 19 anos, passando pelo Atelier Livre da Árvore e a Faculdade de Belas Artes do Porto.

No dia 06 de Agosto, nos claustros do edifício do Aljube, concretizou a XV Exposição comemorativa do 153º Aniversário do Comando Metropolitano do Porto, local onde no decorrer dos últimos anos apresentou inúmeros trabalhos de pintura que permanecem expostos.

À sua obra é atribuída importância simbólica no âmbito policial, onde as figuras, em volumes de pinceladas amplas e soltas, largas, vigorosas e espontâneas, são caracterizadas pela concentração expressiva dos rostos e atitudes. Num apelo aos sentimentos dramáticos e ideias da revalorização dos sentimentos e emoções.

Enquanto polícia e artista, o processo criativo passa pela reflexão da atividade policial. Expressa a pretensão de transpor para a

tela através da forma pictórica o que vê e o que sente. Retratar os momentos do quotidiano policial, enaltecendo os atos tidos como bons exemplos e fomentando de carácter pedagógico os exemplos menos positivos.

Os títulos das suas obras, como surgem? E qual o objetivo da sua arte?

Os títulos surgem de acordo com os acontecimentos que ocorrem no momento. O objetivo é projetar nas telas essa realidade do quotidiano, como uma chamada de atenção e deixar no observador uma ideia construtiva.

O que podemos esperar no futuro da sua arte?

Que os vindouros ao observar os trabalhos realizados possam ver e interpretar respetivamente, a nossa instituição. Que sempre esteve presente na sociedade com o objetivo de cumprir a lei em prol do cidadão e das Instituições, para que o mundo seja melhor.

E sobre o meu projeto, Portugalidade/Afastamento, o ser transmontano e pessoa, com características morais de bom exemplo e reconhecidas na personalidade do povo português.





## MEO KIDS CAMP 2020 no COMETPOR

No dia 18 de Julho, na avenida da Beira Mar, em Vila Nova de Gaia, realizou-se a ação MEO KIDS CAMP 2020, que a PSP e o MEO promovem de norte a sul do país, durante o período estival, para dar a conhecer o Programa Estou Aqui!® Crianças.

Durante a ação MEO KIDS CAMP 2020, as crianças participaram nas atividades disponibilizadas, enquanto os seus pais obtinham mais informações e aderiam ao Programa Estou Aqui!® Crianças.

A ação desenvolvida pelo MIPP da Divisão Policial de Vila Nova de Gaia, decorreu de forma a garantir o necessário distanciamento social e a adoção de todos os pressupostos inerentes à atual pandemia.



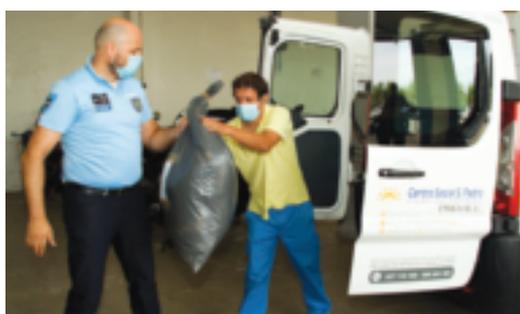
# COMANDO DO PORTO

## promove doação solidária

O Comando Metropolitano do Porto, promoveu no dia 16 de Setembro, nas instalações da Divisão Policial de Vila Nova de Gaia, através da Secção de Achados, uma iniciativa de cariz solidário, que consistiu na doação de inúmeros artigos de vestuário achados na área do COMETPOR, a quatro instituições de solidariedade.

As instituições visadas, a saber, a Associação de Solidariedade Social da Madalena, o Centro

Social São Pedro de Vilar do Paraíso, o Centro Social e Paroquial de Vilar de Andorinho e a Cooperativa de Solidariedade Social Sol Maior, sediadas em Vila Nova de Gaia, puderam prover-se de peças de roupa e dar continuidade à nobre tarefa de ajudar quem mais precisa.





# A PSP e a ONU

Texto: **Luís Carrilho, Superintendente da PSP**  
**Diretor da UNPOL**

## Contexto Histórico

A primeira projeção de forças das Nações Unidas foi no Congo em 1960. Em 1989 o número de forças projetadas foi alargado a outros pontos do globo, tais como a Namíbia, El Salvador, Moçambique e Cambodja. A Polícia das Nações Unidas (UNPOL), recebeu o seu primeiro mandato executivo de substituição da polícia no Kosovo, com a missão de reforçar a autoridade do Estado na vertente da manutenção da ordem pública. Foi justamente na Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), que foi projectada a primeira Unidade Constituída de Polícia (UCP).

O ano de 2000 é considerado um ano de viragem para a UNPOL. O Secretário-Geral Kofi Annan criou um grupo de trabalho, no âmbito das operações de manutenção de paz, para identificar onde o sistema teria falhado nas crises humanitárias do Ruanda e de Srebrenica,

procurando assim criar recomendações específicas e realistas para implementação em situações idênticas futuras. Como resultado desta iniciativa, surge o conhecido “Brahimi Report” (A/55/305-S/2000/809) que ficou com o nome do chefe da equipa nomeada para implementar esta mudança de doutrina – Sr. Lakhdar Brahimi - na qual as Nações Unidas passam a ter um papel mais interventivo na defesa do Estado de Direito e dos Direitos Humanos.

Nas primeiras projeções de contingentes, a Polícia das Nações Unidas tinha apenas como missão observar e monitorar a actuação das forças locais. Atualmente prestamos apoio operacional à Polícia do país intervencionado/acolhimento (host-state) e outras forças e serviços de segurança, reforçando as suas capacidades através de ações de formação, preparando as gerações futuras de agentes e oficiais de polícia, por forma a que estas forças se tornem autónomas e com capacidade de gerirem o seu rumo – estes projetos foram implementados nas operações multidimensionais de manutenção de paz de maior envergadura, tais como as da

República Centro Africana, República Democrática do Congo, Mali e Sudão do Sul até às missões políticas de menor dimensão, tais como as da Colômbia, Haiti e Yemen.

### O papel da UNPOL

A Polícia das Nações Unidas, desempenha um papel de relevo entre as outras polícias do mundo, com cerca de 11.000 mulheres e homens, oriundos de mais de 90 países contribuidores, ao serviço na linha da frente das 14 operações de paz. Somos das faces mais visíveis das Nações Unidas nos países onde estamos projetados. Apoiamos as autoridades do Estado anfitrião na defesa da lei e manutenção da ordem, temos um papel fundamental na proteção de civis e uma enorme proximidade das populações locais, integrando também a monitorização dos Direitos Humanos. Antes de tudo é importante ter presente que cada elemento da UNPOL é um defensor natural dos Direitos Humanos.

Enquanto que os modelos adotados pelas Nações

Unidas para levar a cabo as missões de polícia, ao longo dos últimos 60 anos, têm vindo a ser adaptados com base em contextos específicos mais ou menos permissivos por parte do Estado Anfitrião, os nossos princípios fundamentais mantêm-se os mesmos e assentam nos seguintes pilares:

- A prevenção, detecção e investigação de crimes;
- A proteção de pessoas e bens; e
- A manutenção de ordem pública.

A UNPOL inicialmente enviou para as missões polícias individuais que prestavam apoio ao nível do reforço das capacidades, a monitorizavam e assessoravam as autoridades do país anfitrião, e também Unidades Constituídas de Polícia que oferecem uma capacidade de resposta de uma força coletiva quando é necessária, nos casos de proteção de civis, tais como crianças, mulheres e idosos, deslocados internos e refugiados e manutenção da ordem



pública. A UNPOL integra também Equipas de Polícia Especializadas (SPT) para fazer face a lacunas críticas nas missões nas áreas da violência de género e de carácter sexual (SGBV), crime organizado, investigação forense e investigação criminal.

A Standing Police Capacity (SPC) constitui-se como uma célula de projeção rápida da Divisão de polícia, sendo constituída por 37 peritos e cujo a sua Base é em Brindisi, Itália. Este ramo da divisão de Polícia não é mais do que um start-up das diferentes componentes da UNPOL nas missões das Nações Unidas em fase de implementação, aconselhamento através dos seus peritos, apoiando também as autoridades locais no reforço das suas capacidades, na aplicação da lei e do reforço da autoridade do Estado. De uma forma genérica, este ramo da Divisão de Polícia tem como missão dar uma resposta às diferentes necessidades do sistema das Nações Unidas.

Para as Nações Unidas a atividade de Polícia é distinta da atividade militar e deve ser levada a cabo somente por elementos policiais ou de outras forças e serviços de segurança dentro daquilo que é o conceito do primado do Estado de Direito. A UNPOL é uma polícia civil mas com a capacidade necessária para fazer face aos riscos emergentes nas missões de manutenção de paz e nos Estados Anfitriões, incluído o terrorismo, o crime organizado transnacional, o cybercrime e as alterações climáticas. Implementado com eficácia, o policiamento comunitário previne o crime e contribui para o desenvolvimento de sistemas de alerta rápido e de percepção situacional da criminalidade. Se a prevenção criminal não é possível, a UNPOL está preparada e treinada para reagir a situações de ameaça de uma forma mais musculada, fazendo sempre um uso da força de forma gradativa e proporcional para apresentar à justiça os seus prevaricadores.

### O papel da UNPOL em ambiente COVID-19

Enquanto que atividade policial tradicionalmente estava numa relação estreita com as áreas da justiça e segurança, a COVID-19 veio

realçar o nosso papel crítico e relação com a segurança pública e a segurança na área da saúde pública. Como elementos de equipa de primeira intervenção, não podemos trabalhar a partir de casa. Convém sim realçar que a nossa missão foi alargada no apoio aos Estados Anfitriões, considerando o aumento do nível de ameaça; fornecendo equipamentos individuais de proteção, prestando apoio às ações de descontaminação e de distribuição de medicamentos.

Por exemplo, na República Democrática do Congo, a UNPOL tirou partido dos seus conhecimentos e lições aprendidas na sua gestão da crise do Ebola, prestando apoio ao Ministério da Saúde Congolês, bem como à Polícia Nacional (PNC), arquitetando e implementando uma política de rastreio nacional. No Chipre, a UNPOL participou no esforço da operação humanitária levada a cabo, para distribuir medicamentos e oxigénio às comunidades cipriotas mais afetadas.

No Mali, a UNPOL, em conjunto com as forças de segurança Malianas, participaram nas ações de desinfecção de mercados e outras áreas públicas sensibilizando as populações para conter a propagação da COVID 19. Com o aumento da violência sexual e de género, as Equipas de polícia especializadas do Sudão do Sul, prestaram apoio à sua Polícia Nacional, apoiadas por outras componentes de polícia.

Não será exagero dizer que a COVID 19 motivou uma alteração significativa na nossa forma de trabalhar. Em particular, a importância do pessoal uniformizado, que estabelece contactos próximos com as comunidades, obrigou a uma implementação urgente de medidas preventivas e de proteção pessoal e coletiva. Como consequência das medidas de confinamento e das restrições em viajar, as rotações e os repatriamentos de contingentes uniformizados foram temporariamente suspensas pelo Secretário-Geral até ao final de Junho, por forma a mitigar a transmissão do COVID 19. Neste período de tempo, as Nações Unidas redefiniram uma estratégia de emergência para as futuras rotações em tempo de crise pandémica. Foram implementadas medidas temporárias a partir do dia 1 de Julho, que estarão em vigor até ao final do ano e que foram desenhadas para

salvaguardar as comunidades vulneráveis e as populações em geral, garantindo porém a boa execução dos mandatos e a proteção e segurança do nosso pessoal. A UNPOL, durante este longo período de tempo, continuou a servir as populações do Estado anfitrião e outros parceiros, muito para além daquilo que é a missão que lhe está atribuída.

A partir da sede das Nações Unidas com a nossa contribuição para o Grupo de coordenação da resposta a COVID 19 em conjunto com os nossos pontos focais nas Missões e com os Estados Membros, identificamos os desafios vividos no terreno desenvolvendo uma ação coordenada de apoio às Missões. Deste grupo de trabalho resultou o seguinte:

**a.** A operacionalização de um sistema COVID 19-MEDEVAC, sob o qual, dependendo da capacidade e disponibilidade existente, elementos identificados com necessidades clínicas e que as mesmas não podem ser supridas na zona de missão, são transportados para unidades de tratamento regionais. Este sistema é fundamental para garantir a continuidade da operação;

**b.** O consórcio de aquisições do sistema de res-

posta a COVID 19, de uma forma transparente deu resposta às necessidades de equipamento médico e outros recursos evitando duplicações de compras, tendo em conta a atual escassez destes meios a nível global;

**c.** Reuniões virtuais dedicadas à análise das condições de vida e de trabalho dos contingentes promovendo e incrementando o seu acesso a cuidados de saúde, reduzindo assim o risco de infecção por COVID -19;

**d.** A rápida produção, tradução e divulgação de normas e procedimentos relativos às rotações, férias, atividades recreativas e da própria atividade operacional com instruções claras de cuidados de saúde para todos os funcionários. Por exemplo para a UNPOL, desenvolvemos normas temporárias para a atividade operacional e de planeamento que estão a ser implementadas em todas as zonas de missão.

Para a UNPOL é uma prioridade dar resposta às necessidades dos nossos elementos e das comunidades dos Estados anfitriões mantendo um olhar próximo naquilo, que será o conceito futuro da Polícia das Nações Unidas no período



## TEMA DE CAPA

pós COVID. A atividade Policial, por natureza tem resultados mais efetivos quando estamos envolvidos com a comunidade que servimos, mas com a pandemia surgiram obstáculos a esta proximidade. No futuro, não teremos outra opção senão explorar diferentes modalidades de trabalho, incluindo policiamento presencial com equipamento de proteção individual, investigações de forma remota, treino virtual e aconselhamento e reuniões de coordenação virtuais.

A SPC, naquilo que são as suas competências de assessoria, deu uma rápida resposta, nomeadamente em contextos fora das missões, como foram as mais recentes formações em “Direitos Humanos e Operações Policiais em ambiente COVID” dedicadas a Angola e as Maldivas, assim como a formação relacionada com as questões de gênero ministrada a República Centro Africana. Para além disso a Divisão de Polícia através da sua seção de seleção e recrutamento

rapidamente criou um sistema híbrido de avaliação das unidades a serem projetadas no terreno, através de avaliações de pessoal e equipamento no terreno e virtuais, na Etiópia, Jordânia, Senegal e Djibouti.

### A contribuição de Portugal

Entre 1992 e meados de 2020, a Polícia de Segurança Pública (PSP) participou em 17 missões de paz da ONU, das quais oito em África e duas no continente americano. Os profissionais da PSP têm participado em missões de paz operando como monitores de Polícia Civil, apenas na forma de contribuições individuais.

Têm desempenhado um leque bastante alargado de funções, tais como: comando e planeamento, formação em academias de polícia, investigação criminal, informações policiais, ordem pública, segurança pessoal, apoio à vítima, patrulhamento, policiamento comunitário ou de proximidade, trânsito e observação eleitoral.





A PSP participou/participa nas seguintes missões, tais como: UNPROFOR (Bósnia), UNOMOZ (Moçambique), UNMIBH (Bósnia-Herzegovina), MINURSO (Sara Ocidental), MINURCA (República Centro-Africana), MINUGUA (Guatemala), UNTAET, UNMISSET, UNOTIL, UNMIT (estas quatro últimas em Timor-Leste), UNMIK (Kosovo), MONUC (República Democrática do Congo), MINUSTAH (Haiti), UNIOSIL (Serra Leoa), MINURCAT (Chade/República Centro-Africana), UNIOGBIS (Guiné-Bissau) e MINUSCA (República Centro-Africana).

A Guarda Nacional Republicana participou em 13 missões da ONU, seis das quais no continente africano e uma no continente americano, desempenhando um leque bastante variado de funções, tanto na forma de unidades constituídas (duas missões) como de contribuições individuais (11 missões), na maioria dos casos como monitores de polícia, executando tarefas específicas de polícia. As duas participações da Guarda em missões das Nações Unidas com unidades constituídas ocorreram em Timor-Leste, na UNTAET e na UNMIT.

Nesta última, a Guarda participou simultaneamente na forma de unidades constituídas e de contribuições individuais. Na UNTAET, a GNR participou entre março de 2000 e junho de 2002, com uma Unidade de Reação Rápida, de escalão companhia. Fruto da instabilidade política e social que assolou o jovem país, a 25 de agosto de 2006, o CSNU aprovou uma nova Resolução que deu origem à UNMIT e ao envio de uma nova força de manutenção da paz para o país. De agosto de 2006 a julho de 2012, a GNR participou na UNMIT com um subagrupamento (unidade de escalão companhia constituída por 127 militares) que atuou como FPU. A missão da Guarda no quadro da UNMIT cessou em dezembro de 2012.

Nesta modalidade, a Guarda participou na UNAVEM III e na MONUA em Angola, UNMISSET (Timor-Leste), MONUC (República Democrática do Congo), UNMIL (Libéria), United Nations Operation in Côte d'Ivoire (UNOCI, Costa do Marfim), United Nations Stabilization





## TEMA DE CAPA

Mission In Haiti (MINUSTAH, Haiti), UNOTIL e UNMIT, estas duas em Timor-Leste, e na United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (UNIOGBIS, Guiné-Bissau).

### UNPOL: estratégias para o futuro

Como referiu o nosso Secretário-Geral: “O futuro da manutenção de paz está diretamente ligado à Política das Nações Unidas”. A UNPOL é um instrumento chave de apoio e reforço dos objetivos para a paz e segurança, Direitos Humanos e desenvolvimento. Experts externos em operações de paz ao mais alto nível, diversos relatórios do Secretário-Geral e resoluções do Conselho de Segurança e auditorias externas a Divisão de Polícia reafirmaram o papel central do serviço prestado pela UNPOL para a paz e segurança de forma transversal e como ponto focal para as matérias de polícia e de aplicação da lei. Como a Building on Action for Peacekeeping and the 2030 Agenda a UNPOL continua empenhada em cumprir a sua alargada missão com base em cinco pontos fundamentais:

- Em primeiro lugar mandatos adaptados. São

essenciais mandatos claros, credíveis e exequíveis naquilo que concerne a atividade policial e com os recursos apropriados. De acordo com as recomendações do Secretário-Geral (S/2018/1183), deve ser explorada a hipótese da criação de uma comissão consultiva para reforçar a troca de informação, a consultoria estratégica e a cooperação entre stakeholders.

- Em segundo lugar um sistema de/e cumprimento com a Strategic Guidance Framework (SGF), que a UNPOL desenvolveu com os Estados Membros e outros parceiros como um modelo internacionalmente aceite, garante dos Direitos Humanos e da igualdade de gênero. Em paralelo, com o desenvolvimento de novas linhas de orientação a UNPOL, está a reestruturar os programas de treino e formação das Nações Unidas e dos Estados Membros para garantir que as pessoas certas são treinadas pelos instrutores certos nas matérias certas e no tempo apropriado.

- Em terceiro lugar, o desenvolvimento da capacidade operacional da Polícia das Nações Unidas. Tal como foi delineado na Resolução do Con-





selho de Segurança 2436, A4P e no Action Plan to Improve Security of Peacekeepers são requeridos standards de performance para avaliação de todo o Pessoal das Nações Unidas, formação específica, e um foco renovado na prontidão operacional, do equipamento, novas tecnologias, interoperabilidade, bem-estar, criatividade e inovação, e a inclusão da paridade de gênero.

- Em quarto lugar, uma Divisão de Polícia reforçada consolidada em parcerias e com métodos de trabalho simplificados. Para cumprir o seu papel de líder global de assuntos de polícia, de aplicação da lei e dar resposta às exigências crescentes de polícia especializada, a Divisão de Polícia necessita de mais competências de avaliação, de supervisão, de planeamento, de direção, de especialistas em reestruturação policial, gestão de ambiente e crime organizado.

- Finalmente um campo de ação mais alargado para a Polícia das Nações Unidas. Habitualmente e a colapso da Ordem Pública que está na origem da projeção de forças das Nações Unidas e por seu turno o estabelecimento ou restabelecimento da segurança e do Estado de Direito permitindo, assim uma redução de forças ou mesmo a sua retirada da zona de missão.

A polícia das Nações Unidas está cada vez mais

envolvida nos processos de paz. Isto significa um maior investimento na análise, na seleção, no planeamento, preparação estratégica e implementação nas estruturas das missões existentes e das novas missões. Uma maior consistência e coerência entre todas as entidades das Nações Unidas que se debruçam sobre as matérias de polícia e de aplicação da lei e, também, um dos aspetos chave, o que poderá passar pela criação de um mecanismo de coordenação de agências.

Para assegurar a realização deste ambicioso projeto alguns desafios estratégicos e operacionais devem ser tidos em linha de conta:

- Dar uma resposta cabal ao aumento da complexidade da operação em ambientes de alto risco;
- Ajustar a missão e os recursos disponíveis em função do impacto do COVID 19 nas finanças globais;
- Aumentar a nomeação de elementos com o perfil adaptado a missão;
- Garantir que as unidades estão bem preparadas e equipadas para o cumprimento da missão
- Mitigar o impacto ambiental ao nível das missões.

# Os Polícias em Missões

## Chefe Mónica Luzio em Bangui - República Centro Africana

**C**hefe Mónica Luzio, da Divisão da DIC de Lisboa encontro-me atualmente a exercer funções na Secção de Inquéritos e Pesquisa Criminal, em Bangui, na República Centro Africana.

Neste departamento policial trabalhamos em conjunto com a polícia e Gendarmesie local, no que respeita ao combate direto da criminalidade, à captura dos seus autores e, por sua vez, à instrução dos inquéritos.

Nesta missão, também efectuamos semanalmente a ida às diversas províncias vizinhas para transferir os detidos e apresentá-los no tribunal em Bangui.

O nosso papel na missão é de espe-

cial relevo na troca de experiências e apoio às autoridades locais, conjuntamente, com os nossos colegas UNPOL de todo o mundo.

A componente policial na RCA reveste-se de primordial importância, com o apoio às populações na salvaguarda da sua segurança e da sua liberdade, tanto na prevenção, como no combate ao crime.

A acção das Nações Unidas, através da Missão da "MINUSCA" é fundamental para a RCA, a qual apoia todo o processo de paz e assegura, sobretudo, a protecção dos civis, principalmente, os mais vulneráveis, tais como, as crianças, as mulheres e os idosos.



## Helena Stork, Agente Principal na Bósnia & Herzegovina

**E**sta Missão, sendo para mim a primeira, foi a mais marcante, porque foi a primeira vez que me vi, como polícia, num cenário de conflito real, em que as ameaças eram constantes e de um nível muito elevado, sobretudo ao ter contribuído para a prisão de dois suspeitos, cabecilhas de um grupo terrorista que constantemente bombardeava a cidade, destruindo por completo prédios habitacionais e estabelecimentos. Nessa altura, passei a ser escoltada 24 horas pela SFOR e fazia o trajeto casa-trabalho-casa num tanque militar, ficando este à porta da Esquadra e à porta da casa onde residia. Passado cerca de um mês de ter acabado a Missão e ter regressado a Portugal, o edifício da

Esquadra, onde por baixo funcionava um restaurante, cujos donos tinham familiares sérvios, foi alvo de ataque e ficou completamente destruído, pelo que a Esquadra passou a funcionar num contentor ali colocado para o efeito.

Durante as patrulhas na cidade, deparei-me com duas granadas e uma mina, as quais foram desativadas e recolhidas pelos peritos da SFOR.

Estando sob ameaça real, popularmente dito "com a cabeça a prémio", tinha que raciocinar em vez de perder a calma. Quando estamos numa cidade onde quase nada existe na única loja, a próxima fica a 3 horas de distância (quando a estrada não tem neve),



temos de saber improvisar: coloquei rede de capoeira nas janelas da Esquadra, para que se atirassem alguma granada ela não chegasse a entrar. De resto, tínhamos de saber conviver com o som dos rebentamentos, quando a altas

horas da noite decidiam destruir mais um edifício. Era acordar em sobressalto, ver o cortinado da janela do quarto a voar acima de 1 m de altura e, ficando estática, saber se a casa onde eu morava ia ou não ser a próxima a rebentar... não chegou a ser... ainda bem... Outros sons característicos eram os dos rebentamentos de minas, que ecoavam no ar do vale, quando animais andavam pela floresta e as pisavam ou pessoas iam recolher lenha... se não fossem à le-

nha, morriam de frio, diziam... Os fogões eram a lenha, e no inverno a eletricidade era cortada; nas torneiras da banheira e cozinha havia estalactites (muito bonitas até, mas nada desejadas); as paredes do quarto tinham cristais de gelo; a 30 graus abaixo de zero, tomar banho era uma aventura.

Para nos distanciarmos, mentalmente, destes desafios, o melhor era estar a trabalhar e, nas poucas folgas, fazer algo por quem

precisava muito mais do que nós, porque "há mais alegria em dar do que receber" e esse era o nosso consolo. Juntávamos alimentos em caixas de cartão e distribuíamos a famílias necessitadas, que nos recebiam com muitos beijos, sobretudo os idosos; passávamos mensagens de encorajamento e de esperança num futuro próximo melhor, mostrávamo-nos alegres, mas voltávamos com um aperto no coração, porque mais não podíamos fazer...

## Comissário Rosa Maria Martins Lopes Gomes em Mali

O Comando Distrital de Aveiro, da PSP, tem representação de polícias em missões das Nações Unidas.

A Polícia de Segurança Pública participa nas missões de paz das Nações Unidas, desde 1992.

No âmbito da Cooperação Internacional, uma das atribuições definidas para a PSP é a de participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da Política Externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de apoio à paz, e humanitárias, de cariz policial, bem como em missões de cooperação policial internacional, no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais.

A participação da PSP nestes contextos, reafirma a importância do vetor de segurança interna na política externa nacional, pois, não só a PSP tem contribuído para uma

maior visibilidade do nosso País, ao nível da importante componente policial da ONU, como a participação de polícias portuguesas neste tipo de missões acabou por revestir-se de grande utilidade e impacto na PSP e no País.

A Comissário Rosa Maria Martins Lopes Gomes está ao serviço da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), desde novembro de 2019. Tem trabalhado em colaboração com a Organização Não-Governamental GRADEM. A MINUSMA foi criada em 2013, a fim de ajudar a estabilizar o país, após a rebelião do povo tuaregue, em 2012. A GRADEM é a ONG responsável por ajudar a Brigade des Moeurs, o departamento da Polícia a investigar crimes contrários à moral pública.

A Comissário Rosa Gomes trabalha no sentido de ajudar a procurar os familiares das raparigas de idades até aos 18 anos, que estavam perdidas ou foram abandonadas.



# Entrevista ao Intendente Jorge Resende Silva



Autoria: **Fátima Medina, Jornalista**

**N**ão é tarefa fácil fazer uma entrevista a quem está a cerca de 6.500 Km de distância, numa importante Missão ligada às Nações Unidas, na República Centro Africana. Este País é palco de grandes conflitos, diria mesmo um dos mais ignorados deste século. Apenas quando morrem operacionais, se fala na R.C.A. nos noticiários. Uma sigla que a maioria da população portuguesa desconhece. Para nos situarmos neste cenário que está longe, mas infelizmente é bem real, sabemos que o País vive há décadas com autoritarismo e instabilidade política. Hoje, grupos muçulmanos e milícias cristãs, estão em guerrilha permanente. E as milícias rebeldes atacam civis, numa atitude que obrigou cerca de 603 mil pessoas a abandonar a RCA, e a refugiarem-se em países vizinhos. O policiamento de proximidade e a prestação de apoio humanitário, são temas da formação técnica da ONU dada à Polícia local, fundamental para estabelecer bases de Segurança para os cerca de 73% da população que não fugiu e que vive na mais absoluta pobreza.

---

O Intendente Jorge Resende Silva, 44 anos, comanda actualmente um grupo de 14 elementos da PSP, grupo este que faz a formação técnica da polícia da RCA. Debaixo da sua alçada estão também cerca de mil operacionais, enviados pelos diferentes Países que estão integrados nas Forças das Nações Unidas.

É em video-conferência que falo com o meu entrevistado; a separar-nos está um meio tecnológico e quilómetros de distância. Falta-me a informação a que estou habituada, de quem está a olhar para o entrevistado como um todo: aquilo que diz, os gestos e as expressões que às vezes falam mais do que as palavras. Mas estamos em tempo de Covid, e dou graças por termos tecnologia!

---

**Senhor Intendente Jorge Resende Silva, sabemos que a PSP integra este tipo de missões desde 1992, com homens e mulheres, em países dos 4 Continentes, sob a égide das Organizações de que Portugal faz parte, neste caso da ONU. Que preparação teve para esta missão antes de sair de Portugal? Como é que se adaptou, chegado à realidade do terreno?**

Nós em Lisboa, recebemos da PSP a preparação para as missões, mas é genérica. Os palcos das missões são sempre distintos. Apesar de todo o esforço de quem nos deu a formação e das experiências que nos foram narrando na primeira pessoa - quase todos os formadores estiveram nas missões,

inclusive nesta - mas é impossível estar a transmitir as emoções, as sensações e as situações por que passamos aqui, de uma forma totalmente fiel àquilo que é a realidade.

---

**“Tivemos que nos preparar, não para o zero, mas para o menos vinte”**

---

**Mas depois no local, a realidade é diferente?**

A grande questão é preparar-nos, não para o zero, mas para o menos vinte!

É um País que está ainda muito atrasado, muito mesmo, ao ponto daquilo que é o mais básico, aquilo que damos como garantido aí em Portugal, coisas que nós nem sequer reparamos... olhe, esta dificuldade que nós temos em comunicar, é enorme em todos os sentidos, via Internet, via telefone, é difícilimo!

Todas aquelas questões básicas do dia-a-dia que nós temos como garantidas, por exemplo a questão da água e da electricidade, aqui não são nada garantidas! Por exemplo, enquanto nas Províncias



consegue-se que as Nações Unidas forneçam aquilo que é um “Corimec”, um edifício pré-fabricado onde trabalhamos e vivemos, no fundo uma casa portátil, onde se tem essas condições, que são mínimas, já em Bangui que é a capital, nas casas onde nós ficamos, nesta mesma onde eu estou, nada disso é garantido. Nós aqui de um momento para o outro ficamos sem luz.

Eu, por exemplo, fiquei sem luz durante 6 dias, e garanto que não foi uma experiência agradável! Não tanto por nós, mas porque quando chegamos ao fim do dia, para além de termos que carregar as coisas todas do escritório e vir com o telemóvel, o computador, as “power banks”, tudo o que nos pode ajudar a sobreviver, vá, é aquilo que nós estamos habituados enquanto Portugueses, que é normal, que é chegar a casa ir ao frigorífico e ter a fruta fresca, ou água fresca, e que aqui é impossível..

### **Que consideramos necessidades básicas ..**

Exacto. E ter o congelador com várias coisas para vários dias; ora se eu estou 6 dias sem electricidade, não consigo fazer isso, é impossível. De maneira que essa capacidade de adaptação e resiliência, nós temos que a ter. Mas temo-la intrinsecamente, enquanto homens e mulheres da PSP. Nós temo-la. Mas nada nos prepara para aquilo que é um conjunto de situações que acumulam com essa. Essa é a primeira, depois é a Cultura, depois é o calor, que é tremendo! O choque inicial é grande, porque no fundo passamos para o que nos parece uma realidade paralela. Nem todas as missões são iguais, estou a falar da RCA.

### **Há quanto tempo está aí?**

Fiz agora 7, não, já 8 meses. Esse é outro pormenor, aqui temos alguma dificuldade em distinguir a noção de tempo (risos) para sabermos logo qual o dia da semana, essa rotina...

## **“A protecção dos civis é a grande Missão das forças da ONU”**

### **Pode-se dizer que tem uma rotina? Ou uma rotina mínima?**

Nós temos uma rotina prevista, mas tudo se altera. Temos homens e mulheres da PSP há muito tempo, e quando disse há pouco que não há visibilidade até em relação aos Órgãos de Comunicação Social, é normal. O trabalho que nós fazemos é muito mais próximo das populações do que normalmente o trabalho das Forças Armadas no teatro operacional.

O grau de prontidão das FA, neste caso dos elementos do Exército Português, que estão preparados para o que eu chamo, de “worst case scenario” (o pior dos cenários), ou seja, para um eventual conflito com grupos armados, é diferente do nosso.

Nós não estamos preparados para isso, um eventual conflito, no dia-a-dia. Podemos-nos confrontar com isso, efectivamente, e tanto em Bangui onde também existem grupos, como nas Províncias onde existem efectivamente mais grupos, alguns com bastante poder territorial, o nosso dia-a-dia é a população, aquilo que é a protecção dos civis, essa é a grande missão das forças da ONU. No caso concreto da Polícia, é essa a missão suprema. Ora nós, naquilo que é o acompanhar e a segurança da população, tanto podemos ter um dia calmo, como podemos ter uma alteração. Porquê? Porque houve um grupo armado que resolveu fazer uma incursão em qualquer uma das regiões, a diferença pauta-se nisso; neste caso a Companhia, as Forças Militares têm a “Quick Reaction Force” Portuguesa que está preparada para intervenção e desloca-se para teatros operacionais onde se prevê a ocorrência, ou vão mesmo já com a informação que há um conflito com grupos armados.

Nós, Polícias, não. Estamos em permanência em todo o território, estamos disseminados, agora temos menos, mas tivemos pessoal em Berberati, Cagabandor, Buar, estivemos nessas três Províncias com pessoal destacado, a situação era pacífica, o sistema de policiamento de proximidade e local, acompanhando as Forças de Segurança locais, o

MMA , a expressão das Nações Unidas - Monitoring, Mentoring and Advising- que é Monitorizar, Influenciar e Aconselhar. Essa é a função dos homens e das mulheres na RCA. Claro que aqui nas províncias também temos as medidas temporárias de urgência. Nos locais onde não existem forças de segurança, a Polícia das Nações Unidas, A UNPOL, assume totalmente aquilo que é a função policial.

## “A situação está calma, contudo imprevisível...”

**O Governo Centro-Africano apenas tem controlo sobre 1/5 do território, sendo o resto disputado por 14 grupos armados, esta situação mantém-se?**

Pelo menos 14 grupos. Mas nós não temos noção do grau de controlo do território. O que lhe posso dizer é que a dificuldade é tanta que, quando o Governo tenta enviar forças para uma Província longínqua, província essa que não tem condições quase nenhuma, a primeira coisa que eles querem fazer, para além de tentarem evitar ir, é quando lá chegar, arranjar maneira de vir embora. O que é natural, é humano. É uma dificuldade em círculo vicioso. Nós não temos meios militares nem infra-estruturas do Estado em determinadas províncias do território, e quando queremos colocá-las lá, por não terem condições de segurança e outras, desmotivam-se.

A título de exemplo, os Procuradores das Províncias, sejam elas quais forem, Cagabandor, Ubria, etc- que estão destacados num lugar, nunca estão lá.

A conversa repete-se: “Eu sou o Procurador de Buar! E onde é que o Senhor está? Em Bangui”

**E quando diz Procurador responde ao Ministério Público, aos Procuradores da República, como cá?**

Sim. São os magistrados daquele local, mas quando deixaram de ter condições de segurança, concentraram-se em Bangui. Estavam a lidar com os casos de uma Província, mas quase à distância. Depois o que acontecia, é que quando havia alguém detido numa Província tão longínqua quanto Obo, que fica praticamente na fronteira com o Sudão, era transferido para Bangui, com todos os inconvenientes que isso acarreta; por exemplo, para fazer a deslocação tem que se destacar elementos da Polícia das Nações Unidas, têm que ser meios da ONU a guardá-los, tudo isso é uma dificuldade acrescida, uma grande logística! Este País tem um grande déficit de infra-estruturas de Estado, de implantação no terreno, e os grupos armados aproveitam isso.

Ora, não tendo infra-estruturas, também não é fácil começá-las. Por exemplo, a Polícia da ONU faz reabilitação por exemplo a nível de uma esquadra de polícia.

E estamos preparados para abrir essa esquadra, já temos meios humanos, foram destacados para lá; mas entretanto aparece um grupo armado e diz que não, vocês não podem abrir a esquadra, porque enquanto o Governo não negociar conosco, nós continuamos a dominar, ou seja, é sempre um equilíbrio precário. Aliás a expressão que nós mais aqui utilizamos é :(risos) “A situação está calma, contudo imprevisível”. Porque é verdadeiramente assim, está tudo calmo, estamos descontraindo, mas aquela sensação de segurança que as pessoas têm aí em Portugal, aqui não existe!

Na capital, em Bangui, onde estou a falar consigo, no alpendre da casa onde vivo, não vejo a rua! Temos um muro de 3 metros com

arame farpado, etc. e a primeira noção que eu tive de Bangui é precisamente isso, é quase uma cidade sitiada.

Há determinadas condições que temos que ter, designadamente um portão de entrada mas também um portão de saída, que é para não dizer, um de fuga. Temos que estar preparados para uma situação em que temos que sair rápido...

**Foi assinado um Acordo de Paz no ano passado, isso não vale nada?**

Vale, vale. A primeira coisa que se faz quando alguém viola o tal Acordo de Paz é chamar-lhe a atenção para o que assinou. Mas dentro dos próprios grupos existem por vezes facções, não é fácil de lidar com isso..

**Essas facções baseiam-se em tribos, em religiões distintas?**

Não necessariamente. O aspecto religioso, curiosamente, não tem um peso muito relevante na RCA, e ainda bem, porque se somássemos a isto um aspecto religioso e do ponto de vista de extremismo, então teríamos um problema ainda mais grave.

Nós vemos, por exemplo, em Bangui e em muitas outras cidades, pessoas de religiões diferentes a conviverem de forma perfeitamente natural. Aliás, a Polícia da ONU, é um exemplo disso, com a diversidade que tem, não só nos homens e mulheres como de religiões completamente distintas, de povos completamente distintos! Só a trabalhar comigo não há nenhuma nacionalidade repetida, e nós sabemos que eles têm a determinadas horas do dia, as orações... há um grande respeito por isso, nós lidamos de forma perfeitamente natural com o respeito pela individualidade e pela opção de cada um. E fazemo-lo de forma natural, as Nações Unidas são um exemplo disso.

Neste País existem facções difíceis de compreender. Umas são natu-

rais, não são tribais mas são de etnias diferentes, ainda que possam estar agregadas de alguma forma. Outras são facções difíceis de entender, são aquilo que a História da Humanidade conta, são lutas de poder.

Este País, se não tivesse grande riqueza, dificilmente havia tanta guerra. (...)

**É o ser humano no seu pior, como refere. E enquanto Comandante quais são as suas exigências diárias de segurança?**

Aquilo que posso dizer é que o conjunto do contingente português que é projectado para a RCA assume funções individuais, ou seja, estamos a trabalhar integrados no conjunto. Os homens e mulheres da PSP são disseminados por todo o território, cada um com a sua função, e integram a estrutura local.

Eu sou efectivamente o Comandante do contingente português desde que para aqui vim e tenho um conjunto de obrigações, deveres e funções, necessidades de acção de comando próprias em relação aos homens e mulheres da PSP mas a minha função neste momento, também é, paralelamente, assumida desde que cheguei cá, é ser o chefe da coordenação das unidades no terreno, ou seja, no fundo eu estou a comandar as unidades UNPOL no terreno, não só os polícias a título individual dos vários Países que estão no terreno, como as unidades policiais constituídas, que são grupos de polícias para situações de reacção rápida ou reacção mais musculada para uma ocorrência mais grave, que são as chamadas FPUS.

**Há mulheres da PSP destacadas na RCA, como reage a população em relação às agentes mulheres, visto que culturalmente há uma grande distância em relação à Europa?**

Existe uma diferença muito grande sem dúvida. O que lhe posso dizer

é que neste momento o contingente português só tem uma mulher, a Chefe Mónica Luzio. Nos contingentes policiais existentes na Missão, de outros países, existem muitas mulheres.

Agora há claramente uma grande diferença entre a mulher europeia e a mulher africana. Basta dizer que tem uma tez diferente, e portanto chama a atenção. E a população reage a isso. Mas depende da pessoa. Posso dizer-lhe que a chefe Mónica Luzio adaptou-se de forma perfeitamente normal, para não dizer mesmo espectacular. Ela consegue agregar e consegue motivar as pessoas, que têm prazer na conversa e nas chamadas de atenção que ela faz. O grande segredo de se aconselhar alguém, é não ofender dizendo que o que está a fazer é mal feito, mas levá-la a perceber ela própria, que o correcto é fazer daquela forma.

## **“A Covid é encarada como uma doença de europeus brancos”**

**Diz que a Covid 19 aqui é encarada como uma doença de europeus brancos ?**

Por uma série de razões criou-se aqui a ideia, que ainda existe, de que a doença não atinge tanto a população africana, atinge mais os europeus, concretamente os europeus brancos.

**E como fazem para evitar isso? A população não deve andar toda de máscara, imagino...**

Não andam, mas nós andamos, as Nações Unidas têm que demonstrar pelo exemplo. As Nações

Unidas forneceram kits de lavagem de mãos, que havia por todo o lado. Sabemos que agora está a haver um relaxamento. Mas as Nações Unidas têm que ser exemplo para todos. Temos que continuar a ser muito activos na parte da informação e no uso daquilo que é claro: manter o uso de máscara, a lavagem de mãos regular, a desinfecção, os gestos barreira, distanciamento social. Depois há as doenças de cá, o próprio paludismo, etc; (...)temos várias vacinas e medicação. Há um colega que já teve paludismo três vezes, já tivemos militares portugueses que tiveram Covid, depois tiveram paludismo, nós temos o primeiro e acho que único caso de Covid19 numa missão que foi difícil de gerir.

A ansiedade, a família, o instinto humano diz-nos “corre para casa”. Eu valorizo muito o agente principal que teve Covid aqui, e curou-se aqui, felizmente o único sintoma que teve no início foi a perda do olfato, mas com uma dificuldade extrema em gerir as emoções, os sentimentos, a família em Portugal, tudo isso.

Os polícias habituam-se em Portugal a lidar com situações muito, muito difíceis. Mas têm uma coisa que os conforta: no fim do dia vão para casa, e aqui não.

A entrevista está publicada na integra no site da PSP em [www.psp.pt](http://www.psp.pt) / **separador Media**



# Inteligência Artificial

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A POLÍCIA

Texto:

Superintendente Luís Fiães Fernandes

É inquestionável a cada vez maior ubiquidade da inteligência artificial (IA). Esta encontra-se nos múltiplos sistemas que fazem parte da vida diária como, por exemplo, nos sistemas de navegação, nas viaturas, nas listas de recomendações, na gestão do email ou nos auxiliares de edição dos processadores de texto.

A IA é um tema que crescentemente faz parte das agendas políticas dos governos e das organizações internacionais, incluindo a União Europeia, sendo uma das prioridades da nova Comissão, no âmbito da iniciativa política “A Europe fit for the digital age”<sup>1</sup>. Desde 2018 que a Comissão tem vindo a defender a necessidade estratégica da UE se preparar “para as mudanças socioeconómicas decorrentes da IA e garantir um quadro ético e jurídico apropriado, baseado nos valores da União e em consonância com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”<sup>2</sup>.

No mesmo ano, a Comissão nomeou o *Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a Inteligência Artificial* com o objetivo de apoiar a implementação da estratégia europeia<sup>3</sup>, através de recomendações sobre o desenvolvimento de políticas e sobre questões éticas, jurídicas e sociais relacionadas com a IA.

A sociedade, a economia, o mercado de trabalho, a política e as relações pessoais começam a sentir o impacto da IA. As consequências deste impacto, em termos de oportunidades e riscos, apenas serão conhecidas com maior exatidão nos próximos anos. É este contexto que serve de ponto de partida para este texto, o qual tem por objetivo discutir a potencial aplicação de sistemas baseados em IA na atividade, atual e futura, da polícia no domínio da ordem e segurança públicas. A limitação de espaço e os objetivos desta revista determina que algumas questões não possam ser objeto de aprofundamento.

# A Inteligência Artificial

A expressão “inteligência artificial” foi criada em 1956 por John McCarthy, mas o seu desenvolvimento começou após a Segunda Guerra Mundial<sup>4</sup>. Atualmente, não existe uma definição universal de IA, podendo esta ser definida como o “estudo de agentes que recebem percepções do ambiente e realizam ações.”<sup>5</sup>A Comissão define os sistemas baseados em IA como os “sistemas que apresentam um comportamento inteligente, analisando o seu ambiente e tomando medidas — com um determinado nível de autonomia — para atingir objetivos específicos.”<sup>6</sup>Estes sistemas “podem ser puramente confinados ao software, atuando no mundo virtual (por exemplo, assistentes de voz, programas de análise de

imagens, motores de busca, sistemas de reconhecimento facial e de discurso), ou podem ser integrados em dispositivos físicos (por exemplo, robôs avançados, automóveis autônomos, veículos aéreos não tripulados ou aplicações da Internet das coisas)”<sup>7</sup>, podendo, através de atuadores, alterar o ambiente<sup>8</sup> e “adaptar o seu comportamento analisando o modo como o ambiente foi afetado pelas suas ações anteriores.”<sup>9</sup>

Nos sistemas baseados em IA, para além do poder de computação, têm especial relevância os sensores e os algoritmos. Os sensores, como teclados, câmaras, microfones, sensores de movimento, pressão ou temperatura, entre outros, permitem aos sistemas

interagir com o ambiente e gerar dados. Aliás, resultado da crescente incorporação de sensores em objetos, cada vez serão produzidos mais dados e metadados e em períodos mais curtos. Este ano, por exemplo, serão criados, capturados, copiados e consumidos mais de 59 zettabytes<sup>10</sup>. Estimativas indicam que a quantidade de dados criados nos próximos três anos será maior do que a quantidade criada nos últimos 30 anos<sup>11</sup>. Estas quantidades de dados são designadas de *big data*<sup>12</sup>. As maiores companhias da internet devem o seu valor aos dados que transformam em bem transacionável<sup>13</sup>. Os algoritmos são sequências de instruções e o seu desempenho está dependente, na sua conce-



## A IA têm o potencial de tornar as organizações policiais mais eficientes e eficazes

ção, dos dados utilizados para o seu treino e teste (dados desatualizados, incorretos ou incompletos produzem maus resultados), essenciais para que, por exemplo, os algoritmos de aprendizagem automática identifiquem correlações entre os dados e gerem o modelo de previsão correspondente, melhorando o seu modelo através do processo de aprendizagem resultante do treino pela exploração de *big data*. A criação de algoritmos é um processo complexo, com intervenção humana, envolvendo decisões de programadores e de gestores<sup>14</sup>, que inclui várias etapas.

A polícia já utiliza a IA em várias atividades, como na prevenção do crime e na manutenção da ordem e segurança públicas, na investigação criminal, na segurança pessoal, na gestão de registos policiais, na automatização de tarefas repetitivas, no auxílio ao planeamento operacional e no atendimento digital (através, por exemplo, de *chatbots*). A IA é utilizada no reconhe-

cimento automático de matrículas, no reconhecimento facial, na identificação de vítimas, por exemplo, em crimes de pedofilia ou na procura de crianças desaparecidas. A IA revela-se particularmente útil no processamento e análise de elevados volumes de dados, pois pode ser utilizada para o processamento de áudio, vídeo ou texto, podendo detetar automaticamente padrões e associações entre eventos, indivíduos ou objetos como, por exemplo, na deteção de transações financeiras suspeitas, de forma muito mais eficaz que os elementos policiais humanos<sup>15</sup>. Pode ainda ser utilizada em situações de crise, por exemplo, na exploração das redes sociais, permitindo à polícia informar o público e identificar de forma rápida a evolução de determinada situação<sup>16</sup>.

Os processos de decisão humana, que são auxiliados por sistemas baseados em IA, em particular na segurança e ordem públicas e na investigação criminal, têm o potencial de tornar as organizações policiais mais eficientes e eficazes, uma vez que as *“decisões apoiadas na análise de dados são decisões potencialmente melhores do que aquelas sem qualquer suporte empírico”*<sup>17</sup>. A utilização de tais sistemas permite a otimização da distribuição dos recursos policiais na prevenção e contenção de riscos futuros, em vez de intervenções policiais meramente reativas. São sistemas de apoio à decisão humana e, se devidamente enquadrados e implementados, são parte integrante das estratégias de prevenção criminal<sup>18</sup>, bem como auxiliar da investigação e resolução de crimes<sup>19</sup>.

○ espectro de ameaças e riscos



# A IA na Segurança Pública

que atualmente impende sobre a sociedade inclui, para além da *criminalidade tradicional*, crimes em que os seus autores recorrem à IA para, por exemplo, identificar e explorar vulnerabilidades dos sistemas informáticos ou atingir determinados alvos, como altas entidades ou infraestruturas críticas. Esta realidade pressiona a polícia a adaptar a sua missão, as suas estratégias, táticas e técnicas, de modo a atingir maiores graus de eficiência, eficácia e proatividade na utilização dos seus recursos. O recurso a sistemas baseados em IA poderá ser uma das vias para atingir tais objetivos, uma vez que constitui um fator multiplicador das capacidades da polícia pela sua crescente competência no processamento de dados, identificação de padrões, velocidade e precisão na produção de previsões sobre os riscos. Tais avaliações do risco possibilitam respostas proativas e previnem ou mitigam a surpresa estratégica e tática na condução das operações policiais.

Um dos mais populares e discutidos domínios de aplicação da IA à atividade policial é no domínio da manutenção da ordem e segurança públicas, através do designado policiamento preditivo (por vezes também designado como *forecast policing*). O policiamento preditivo tem vindo a ser usado, principalmente na forma de pilotos<sup>20</sup>, desde 2008<sup>21</sup>, em particular por polícias municipais dos Estados Unidos da América. Este tipo de policiamento é caracterizado pela *"aplicação de técnicas analíticas - nomeadamente técnicas quantitativas - para identificar alvos potenciais para intervenção policial e prevenir o crime ou resolver crimes ocorridos*



*através de previsões estatísticas"*<sup>22</sup>. É, no essencial, um dos instrumentos da gestão da ordem e segurança públicas<sup>23</sup> em que as decisões dos comandantes policiais sobre as prioridades de intervenção e alocação de recursos policiais, numa determinada área geográfica, são auxiliadas por sistemas que utilizam algoritmos de aprendizagem automática na produção de previsões. O modelo de previsão - os algoritmos de aprendizagem automática - utiliza um conjunto de evidências científicas sobre o crime, os seus autores e vítimas<sup>24</sup> e recorre a métodos estatísticos para identificar padrões nos dados existentes e extrapolar para o futuro, de forma dinâmica, previsões sobre a atividade criminal.

Quatro categorias de previsão podem ser identificadas<sup>25</sup>: as relativas à ocorrência de crimes, destinada a prever os locais e horas com um maior risco de ocorrência de crimes; as relativas a indivíduos em risco de cometer crimes, com o objetivo de identificar os indivíduos em risco de cometer crimes no

futuro; as relativas à identificação de suspeitos, destinada a construir perfis de prováveis autores de crimes específicos (já ocorridos); e as relativas a potenciais vítimas de crimes, semelhantes aos métodos utilizados para a identificação de indivíduos em risco de cometer crimes, com o objetivo de identificar grupos ou indivíduos que têm maior probabilidade de se tornarem vítimas. As previsões são produzidas a partir de variados tipos de dados (de natureza policial e sociodemográfica) sobre um determinado território como, por exemplo: tipo de ocorrências criminais e sua localização geográfica; hora e data de ocorrência; características geográficas do local (zona habitacional, escolar, comercial, de divertimento noturno, interface de transportes, etc.); densidade populacional e indicadores socioeconómicos; proximidade e concentração de suspeitos conhecidos do local de ocorrência; presença policial no local de ocorrência (tempo de permanência, data, hora e tipo de recursos); exposição dos alvos

(pessoas e objetos) à ação criminal; eventos temporários recorrentes (como, por exemplo, feiras ou eventos desportivos) e condições meteorológicas na altura da ocorrência (temperatura, humidade, precipitação, etc.). O algoritmo requer vários anos de dados históricos (alguns dos sistemas atualmente comercializados requerem, no mínimo, três anos de registos, mas quanto maior o número de anos, maior a precisão da previsão) para o treino do algoritmo, sendo utilizado um conjunto de dados mais recente para efeito de teste da precisão do modelo de previsão.

As previsões relativas ao risco criminal são, em regra, apresentadas por tipo de crime (por exemplo, furto de viaturas, roubo na via pública ou furto do interior de residências), no formato de relatórios com recurso, por exemplo, a mapas de calor e *geographic boxes* que, através de um código de cores, identificam, de forma probabilística, potenciais locais de futura ocorrência de crimes. É de notar que a previsão é geográfica e temporalmente limitada, bem como limitada quanto aos tipos de crime. Os modelos de previsão, dependendo do tipo de crime analisado, têm vindo a apresentar graus de precisão cada vez mais elevados, com o número de falsos positivos e negativos baixo<sup>26</sup>.

Os resultados gerados pelos sistemas baseados em IA permitem abordagens de pendor cada vez mais proactivo por parte da polícia<sup>27</sup>, permitindo às organizações policiais, através da exploração eficaz do seu ativo "dados", melhor gestão estratégica, pela identificação de grandes tendências e formulação de cenários relativos à evolução das ameaças e riscos, com a conseqüente melhoria da gestão dos recursos, da segurança

e ordem públicas, da investigação criminal e da gestão dos licenciamentos. Apesar do exposto, a avaliação da eficácia do policiamento preditivo pode vir a sofrer do mesmo problema que a avaliação das estratégias de prevenção criminal, isto é, o problema da quantificação do impacto direto das medidas implementadas na diminuição do crime. É sempre árdua a tarefa de determinar se a diminuição do crime ocorreu devido às medidas implementadas ou se existem outros fatores a contribuir para a diminuição do crime, mesmo tendo em consideração os fenómenos de transferência do crime ou de "efeito de halo".

Nos últimos anos, em reação ao número crescente de polícias que passaram a utilizar a IA nos seus processos de decisão, várias críticas têm sido apontadas à qualidade dos dados utilizados para o treino e teste dos algoritmos e à opacidade destes. As críticas à qualidade de dados tendem a afirmar que os dados das polícias, ao refletirem as práticas policiais, podem conter enviesamentos e produzir decisões discriminatórias relativamente a pessoas, comunidades e locais<sup>28</sup>. Os críticos afirmam que a utilização de algoritmos treinados com tais dados poderá interferir no processo de tomada de decisão e contribuir para perpetuar práticas policiais discriminatórias. Já a opacidade dos algoritmos, associada à proteção da propriedade industrial das empresas (patente), não permite explicar os resultados que a IA apresenta, pois as empresas não revelam os modelos matemáticos utilizados e as polícias desconhecem, de facto, como são produzidas as previsões<sup>29</sup>.

As soluções para estes problemas poderão passar pela utilização de métodos de mitigação ou correção dos vieses nos dados e pelo estabelecimento de padrões de avaliação dos algoritmos, bem como pela produção de orientações e recomendações claras, para além

---

**Os resultados gerados pelos sistemas baseados em IA permitem abordagens de pendor cada vez mais proactivo por parte da polícia<sup>27</sup>**

---

de um quadro legal adequado. Para garantir a transparência, a não discriminação, a fiabilidade e a responsabilidade humana pelo uso da IA, e que os resultados produzidos pela IA são explicáveis, é crucial estabelecer uma estrutura regulatória que defina quais os princípios éticos que devem ser levados em consideração na conceção, desenvolvimento e implementação dos sistemas de IA, do acesso aos dados ao controle rigoroso dos resultados.

## Comentários Finais

Apesar de algumas das críticas dirigidas ao policiamento preditivo (como modo de atuação da polícia) merecerem reflexão, muitas assumem um conjunto de pressupostos e generalizações erradas. É essencial compreender que a organização do sistema policial, o modelo de comando e gestão da organização e do policiamento, as estratégias, táticas e técnicas policiais variam de organização policial e de Estado para Estado, pelo que a generalização de tais críticas é errada. Para além destes fatores distintivos, existem ainda particularidades sobre os modelos nacionais de recolha e processamento de dados criminais, que influenciam as práticas de registo e processamento de dados das polícias. Finalmente, e talvez o mais importante, e ao contrário do que é um pressuposto em algumas das críticas, não existe uma cultura comum a todas as polícias. A cultura da polícia, entendida como diferentes formas de conhecimento, está associada a um dado contexto temporal, é dinâmica e fluída e muda de acordo com as experiências dos elementos policiais<sup>30</sup>. Ou seja, a diferença também existe dentro da própria organização, entre as diferentes categorias. Uma coisa é certa, a polícia, tal como outras áreas de atividade, está cada vez mais dependente de sistemas de informação e da digitalização, e isso vai obrigar à requalificação e ao reforço das competências digitais

dos seus elementos. Esta requalificação será essencial para a implementação de sistemas baseados em IA nas organizações policiais. A IA encerra inúmeros benefícios, mas também alguns riscos potenciais, o que torna central a necessidade de uma IA sobre supervisão humana e de confiança, que respeita o quadro legal, os direitos fundamentais, a transparência, a explicabilidade, a robustez técnica, a segurança, a privacidade. A IA deve, pois, ser encarada com “otimismo precavido” quanto à sua aplicação no domínio da segurança, tendo presente valor acrescentado nos sistemas de apoio à decisão, garantindo que a implementação de tais sistemas tem em consideração o contexto legal, orgânico, estratégico e operacional da polícia, admitindo as necessárias adaptações nos modelos de gestão policial, na estrutura organizacional e nas práticas operacionais, de forma a assegurar a confiança e a aceitação do público.

[1] European Commission, «Commission Work Programme 2020. A Union That Strives for More» (Brussels: European Commission, 2020).

[2] Comissão Europeia, «Inteligência Artificial Para a Europa», Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões (Bruxelas: Comissão Europeia, 2018).

[3] Comissão Europeia.

[4] Stuart Russell e Peter Norvig, *Artificial Intelligence: A Modern Approach*, 3 edition (New Jersey: Prentice Hall, 2010).

[5] Russell e Norvig, viii. É de notar que a IA abrange atualmente uma enorme variedade de subcampos, como a IA geral e a específica.

[6] Comissão Europeia, «Inteligência Artificial Para a Europa».

[7] Comissão Europeia.

[8] Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a Inteligência Artificial, «Uma Definição de IA: Principais Capacidades e Disciplinas Científicas» (Bruxelas: Comissão Europeia, 2019).

[9] Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a Inteligência Artificial, 1.

[10] Para melhor compreender a quantidade de dados em questão basta considerar que um sistema com a capacidade de 1 ZB poderia armazenar o conteúdo equivalente a mil milhões de discos rígidos com 1 terabyte de capacidade. «IDC's Global DataSphere Forecast Shows Continued Steady Growth in the Creation and Consumption of Data», IDC: The premier global market intelligence company, 12 de Agosto de 2020, <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS46286020>.

[11] «IDC's Global DataSphere Forecast Shows Continued Steady Growth in the Creation and Consumption of Data».

[12] A expressão big data refere-se ao armazenamento e ao processamento de dados, caracterizada pelo seu volume, velocidade e variedade, ou seja, os dados, como texto, fotografias, sons, vídeos, são produzidos em quantidades cada vez maiores e a um ritmo cada vez mais elevado. Outras características podem ainda ser identificadas como o aumento da variabilidade, em termos de consistência dos dados ao longo do tempo, veracidade, em relação à precisão e qualidade dos dados, e complexidade, em termos da associação de múltiplos conjuntos de dados.

[13] Shoshana Zuboff, *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, 1 edition (New York: PublicAffairs, 2019).

[14] European Union Agency for Fundamental Rights.

[15] Timo Rademacher, «Artificial Intelligence and Law Enforcement», em *Regulating Artificial Intelligence*, ed. Thomas

Wischmeyer e Timo Rademacher (Cham: Springer International Publishing, 2020), 225–54, [https://doi.org/10.1007/978-3-030-32361-5\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-030-32361-5_10).

[16] Rob Procter et al., «Reading the Riots: What Were the Police Doing on Twitter?», *Policing and Society* 23, n. 4 (2013): 413–36, <https://doi.org/10.1080/10439463.2013.780223>.

[17] European Union Agency for Fundamental Rights, «#BigData: Discrimination in Data-Supported Decision Making», 3.

[18] Simon Egbert e Susanne Krasmann, «Predictive Policing: Not yet, but Soon Preemptive?», *Policing and Society* 0, n. 0 (2029): 1–15, <https://doi.org/10.1080/10439463.2019.1611821>.

[19] Beth Pearsall, «Predictive Policing: The Future of Law Enforcement?», *National Institute of Justice Journal*, n. 266 (Junho de 2010): 16–19.

[20] Algumas empresas comercializam os sistemas com a designação de predictive policing technologies. Os sistemas são comercializados como cloud service e toda a infraestrutura utilizada pertence à empresa que comercializa o serviço. O acesso da polícia é feito via browser.

[21] Walter L. Perry et al., *Predictive Policing. The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations* (Santa Monica, CA: Rand, 2013), 8.

[22] Perry et al., 1.

[23] A designação e caracterização dos modelos de gestão da ordem e segurança públicas é uma questão complexa que não se encontra no âmbito do presente artigo. No entanto, é de recordar que o policiamento comunitário, o policiamento orientado para a resolução de problemas e o policiamento orientado pela inteligência emergiram como complemento, mais que alternativas, ao modelo reativo tradicional. Hoje, o policiamento nas democracias ocidentais (tendo em consideração as idiosincrasias de cada Estado) tende a recorrer a modelos de produção de ordem e segurança públicas híbridos (como é o caso de Portugal), onde componentes comunitárias, de proximidade e iminentemente preventivas, coexistem com componentes reativas. Os modelos híbridos têm vindo a tornar os dados e as informações centrais na atividade da polícia e esta cada vez mais dependente de sistemas de informação e de comunicação mais sofisticados.

[24] No âmbito da distribuição geográfica do crime, por exemplo, existem fortes evidências científicas de que a atividade criminosa tende a concentrar-se em determinados locais (pontos quentes). Tal sugere que a vigilância policial dos mesmos é uma forma eficaz de prevenir o crime, além de que a presença policial contribui ainda para o reforço do controlo social informal (ver, entre outros, David Weisburd, Michael Davis, e Charlotte Gill, «Increasing Collective Efficacy and Social Capital at Crime Hot Spots: New Crime Control Tools for Police», *Policing: A Journal of Policy and Practice* 9, n. 3 (2015): 265–74, <https://doi.org/10.1093/police/pav019> Quanto aos autores, existem evidências científicas que indicam que uma parte significativa dos crimes é cometida por um pequeno grupo de indivíduos (cf., entre outros, Orjan Falk et al., «The 1 % of the Population Accountable for 63 % of All Violent Crime Convictions», *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology* 49, n. 4 (2014): 559–71, <https://doi.org/10.1007/s00127-013-0783-y>; National Research Council, *Criminal Careers and Career Criminals*. Volume I, vol. 1, 2 vols. (Washington, DC: The National Academies Press, 1986), <https://doi.org/10.17226/922>; Ashley Liggins, Jerry H. Ratcliffe, e Matthew Bland, «Targeting the Most Harmful Offenders for an English Police Agency: Continuity and Change of Membership in the “Felonious Few”», *Cambridge Journal of Evidence-Based Policing* 3, n. 3 (2019): 80–96, <https://doi.org/10.1007/s41887-019-00039-7> Quanto às vítimas, existem evidências científicas da existência de fenómenos de revitimação (ver, entre outros, Graham Farrell e Ken Pease, «Once Bitten, Twice Bitten: Repeat Victimization and Its Implications for Crime Prevention», *Crime Prevention Unit Paper* 46 (London: Home Office, 1993); S. D. Johnson, K. Bowers, e A. Hirschfield, «New Insights into the Spatial and Temporal Distribution of Repeat Victimization», *The British Journal of Criminology* 37, n. 2 (1997): 224–41, <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjcr.a014156>; Ken Pease, «Repeat Victimization: Taking Stock», *Crime Detection and Prevention Paper* 90 (London: Home Office, 1998). É de notar que estas evidências científicas já eram usadas pela polícia no planeamento e condução da sua atividade. O que a IA altera é a precisão das projeções e a velocidade com que as mesmas são produzidas.

[25] Perry et al., *Predictive Policing. The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations*, xiv.

[26] Michael D. Porter, «A Statistical Approach to Crime Linkage», *The American Statistician* 70, n. 2 (2016): 152–65, <https://doi.org/10.1080/00031305.2015.1123185>.

[27] Egbert e Krasmann, «Predictive Policing».

[28] European Union Agency for Fundamental Rights, «#BigData: Discrimination in Data-Supported Decision Making».

[29] European Union Agency for Fundamental Rights.

[30] Janet Chan, *Changing Police Culture: Policing in a Multicultural Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997), <https://doi.org/10.1017/CBO9780511518195>.

# A TRUNFA

## Elementos “exóticos adaptados” nos Uniformes da Polícia de Macau 1938-1963

### Origem e História - Era uma vez um turbante....

O turbante é uma cobertura muito antiga com origem no antigo Império Persa e posteriormente divulgado, com a designação turca *tülband* (banda de tule). A produção indiana e comercialização dos tecidos de algodão para os turbantes já eram muito importantes e anteriores às trocas comerciais com a Europa Medieval. Na verdade, a presença do turbante em múltiplas representações pictóricas do Império Otomano e Mogol, indica um percurso comercial intenso Indo - Otomano com ligação à Rota da Seda. Com a expansão dos impérios coloniais europeus e a intensificação e agilização das trocas comerciais com a Ásia, a partir do séc. XVI, aumentou a procura dos tecidos exóticos como a seda e o algodão pelo Ocidente. É neste processo de assimilação, que se integra e amplia o uso do turbante um pouco por todo o mundo, desde o Sudeste Asiático até às populações do Norte de África. Com o comércio de escravos africanos chegou às Américas.

Quanto à sua função, o uso tradicional do turbante é uma forma de comunicação codificada atendendo ao tipo de amarra, à cor e à forma, comunicando o ânimo em dado momento ou a pertença a

uma classe etária, grupo, ou posição social. No Ocidente, tem sido conotado como um sinal de distinção e riqueza, e envergado com o roupão (o banyen dos mercadores indianos de algodão). Actualmente o seu uso segue as tendências da moda.

O turbante consta de uma banda de pano de algodão, geralmente muito fino (tule ou musselina), de várias cores ou estampados, podendo atingir vários metros de comprimento nalguns casos. A sua forma ou tipo é atingido enrolando a banda à volta da cabeça segundo determinadas técnicas de colocação. Os turbantes podem ser simples ou enriquecidos com um cilindro tipo fez, pequenos cones, ou adornos variados: faixas, cordões e emblemas nos uniformes militares (guardas mouras); penas e jóias.

A trunfa é um tipo de turbante cuja designação popular está associada a alguém com muito cabelo, “que tem uma trunfa”. Foi usada pelos elementos ao serviço dos Corpos de Polícia de Macau - muçulmanos e sikhs (seguidores do Sikhismo). Importa, pois, fazer uma pequena incursão acerca dos homens a quem se destinava a trunfa e às suas origens.

Texto:

**Maria Gabriela Mendes**

Licenciada em História- Artes e Património- UAb  
Assistente Técnica do MUP - Museu da Polícia

## Os guardas Mouros

É a designação dada aos contingentes de guardas indianos destacados para as forças de defesa e da ordem no território de Macau. Porém, esta designação identifica-os, basicamente, como um só grupo étnico islamizado, ignorando todas as variantes que caracterizam o Sikhismo. Igualmente, a designação *mouro* tem sido usada para designar os povos islamizados ao longo da Costa do Malabar e Oriental de África, não integrados na definição original de *mouro* – os muçulmanos árabes e berberes do Norte de África.

## A origem dos guardas Muçulmanos

Neste caso, são os indianos islamizados durante a expansão islâmica para a Ásia Oriental, seguidores da corrente sunita (Suna) do Islão. Tal como as populações do Afeganistão e Paquistão, integraram a população do grande Império Mogol, fundado por Babur no século XVI em 1526, e extinto em 1857 pelas forças coloniais inglesas. Em 1965, constituíam a população muçulmana concentrada na região do Punjab no Noroeste da Índia, ou o grupo demográfico que habita a zona que inclui, actualmente, o Paquistão e o Punjab na Índia – 20 milhões; e a população do actual Bangladesh e a província indiana de Bengala - 33 milhões de pessoas. Hostilizados pela população maioritária hinduísta, no século XX – e após a independência da Índia - parte desta população muçulmana deslocou-se sobretudo para o Paquistão e países da Costa Africana do Índico.

## A origem dos guerreiros Sikhs

Fundado no século XVI, pelo Guru Nânak, o Sikhismo é a junção do vixnuísmo e do yoga xivaíta com a corrente mística e filosófica muçulmana Sufi, mais conhecida por Sufismo. É uma religião monoteísta e peculiar no vasto subcontinente hindustânico das castas, permitindo a igualdade entre os seus membros designados como Sikhs ou “discípulos”. Originariamente pacíficos, após serem subjugados e integrados no grande Império Mogol muçulmano, reorganizaram-se como comunidade guerreira para defesa dos seus valores identitários e união num estado independente. Após a independência da Índia, os sikhs fixados no Paquistão refugiaram-se no Punjab indiano. É aqui, no Noroeste da Índia, o seu centro funda-

cional e religioso - a cidade santa de Amritsar - onde foi construído no lago com o mesmo nome o “Templo de Ouro” e se guarda o seu livro sagrado designado “Senhor Mestre Livro”, uma compilação de poesias religiosas feita pelo Guru Arjun - o quinto guru numa sucessão de dez.

Conicionados pela necessidade de defesa, os sikhs seguidores do último guru, proeminente militar, Govind Singh, formaram a Ordem Guerreira dos “Puros” ou *khâlasâ*. Para integrar esta ordem guerreira, procede-se ao ritual de iniciação, o “baptismo da espada”, durante o qual, o iniciado bebe água açucarada mexida com uma espada de dois gumes. A partir desse momento, comprometem-se, a título permanente e sob pena de expulsão, a não cortar o cabelo; usar um pente; uma pulseira de aço; calças curtas; e uma espada ou um punhal. A razão para os homens sikhs se apelidarem Singh “leão” – um símbolo de força e poder - tem raízes neste ritual iniciático, tal como, Kaur ou “princesa” para as mulheres, ao adquirirem a dignidade de membros.

## Os guardas Sikhs – significado e função do turbante.

Tradicionalmente, os seus elementos caracterizam-se pela fidelidade a elevados princípios de conduta e intrepidez em combate aliados a grande resistência física. Destacaram-se como forças militares ao serviço dos Impérios Britânico e Português, integrados nos contingentes nativos dos seus exércitos ao longo do século XIX e XX.

Para os sikhs, o turbante ou *Dastar* tem um forte poder simbólico relativamente à espiritualidade, e é relevante tendo em conta que os sikhs de ambos os sexos o podem usar. Esta forte identificação religiosa e de grupo, é reforçada pela sua função de suporte de armas associadas à espiritualidade. É o caso dos turbantes dos guardas sikhs do Exército inglês na Índia. No turbante, é encaixado o *Chakram*, uma arma de arremesso formidável em forma de aro, com vários tamanhos, uma bainha exterior, e de rápido manuseamento. É um dos elementos que formam o *Khanda*, símbolo do Sikhismo e igualmente associado à espiritualidade.

### História e caracterização da trunfa nos Corpos de Polícia de Macau

A trunfa integra os uniformes dos países quentes no Regulamento dos Uniformes do Exército Metropolitano de 1934, aplicado às forças militares coloniais.

Em Macau, caracteriza-se por ser um elemento do uniforme dos Guardas e Auxiliares referidos, genericamente, como guardas *mouros*, destacados para esta colónia portuguesa. Poder-se-á designar como um *elemento exótico incorporado por adopção* nos Planos de Uniformes dos Corpos de Polícia de Macau anteriores a 1963.

Com *elementos exóticos por adopção*, pretende-se designar as peças do vestuário tradicional local ou regional, integrados nos *uniformes dos países quentes*. É o caso da trunfa entre outros exemplos existentes



Revista "Polícia Portuguesa" nº 5 – 1938 Jan/Fev

Forças em parada – Nesta foto são visíveis os distintivos de gola e manga semelhantes aos do plano de uniformes da polícia da metrópole.

nos Corpos de Polícia de Segurança Pública do Ultramar.

A trunfa permanece nos uniformes da polícia do território, depois da autonomização e reorganização do Comando da Polícia de Segurança Pública do Comissariado de Polícia de Ma-

cau em 1937, passando a designar-se Polícia de Segurança Pública de Macau. Este facto é visível na foto dos uniformes do ano seguinte, tomando como modelo os figurinos da Polícia de Segurança Pública da Metrópole (Plano de Uniformes de 1936).



Revista "Polícia Portuguesa" nº 9 – 1938 Set/Out

Forças em parada – Conjugação da trunfa com o Grande Uniforme



Revista "Polícia Portuguesa" nº 9 – 1938 Set/Out

Pelotão de pistolas – metralhadoras – Nesta foto, destacam-se os guardas sikhs pelas características barbas.

## A trunfa nos Uniformes da Polícia de Segurança Pública de Macau

A adopção da trunfa para os uniformes dos Corpos da Polícia de Macau veio uniformizar o uso anterior de turbantes diferentes<sup>1</sup> para os guardas indianos muçulmanos e sikhs.

É um elemento do uniforme policial com características únicas que se transforma e prolonga

no tempo até 1963.

Nas fotos de 1938 é visível a alteração na forma da trunfa. Inicialmente apresenta dois bicos do lado direito oposto à franja da faixa.

O emblema assemelha-se ao modelo da estrela da P.S.P. da metrópole.



Revista "Polícia Portuguesa" nº 9 – 1938 Set/Out

Guarda muçulmano – envergando o Grande Uniforme ou Uniforme de Cerimónia. Na trunfa ostenta a insígnia – Estrela.



Revista "Polícia Portuguesa" nº 155 – 1963 Set/Out

Dois guardas sikhs num momento de convívio – são visíveis as listas das faixas e das franjas das trunfas e as insígnias (Estrela).



### O fim da trunfa nos uniformes da Polícia A memória colectiva

A partir do final do séc. XIX e durante os grandes conflitos do séc. XX, a gestão geográfica dos contingentes militares e policiais nas possessões portuguesas do ultramar foi uma prioridade constante nas preocupações de Portugal. Num complexo jogo de sombras internacional - promovendo o fim do primeiro e último império europeu – a resposta do governo central em Lisboa passou pela utilização de contingentes com características especiais para a defesa militar e manutenção da ordem dos territórios ultramarinos. Foi o caso dos contingentes nativos dos corpos de polícia: guardas e auxiliares indianos, africanos e outros. Em Macau, essa pressão foi particularmente sentida durante as duas Guerras Mundiais, com as invasões japonesas do Sudeste Asiático e Oceânia e com a evolução da China. A trunfa e os guardas indianos integraram a Polícia de Segurança Pública de Macau até à primeira metade dos anos 60, após a invasão do Estado Português da Índia por parte da União Indiana em 1961.

Paradoxalmente, a trunfa é um elemento de uniforme tanto diferenciador como integrador, preservando identidades étnicas, culturais e religiosas diversas, sob uma bandeira. Testemunha a glória e a queda do Império Colonial Português global. Deste modo, impõe-se recordar e preservar a memória colectiva da P.S.P., para a valorização da identidade institucio-



Revista “Polícia Portuguesa” nº 9 – 1938 Set/Out  
Elementos auxiliares da Secção Móvel em exercícios.

nal e dos cidadãos portugueses; e para homenagear todos aqueles que contribuíram para a dignificação de Portugal.

#### NOTA

<sup>1</sup> Farda sem forro (Memórias de Macau)

#### REFERÊNCIAS

Bessa, Carlos Gomes. “Incidências do Islamismo no Ultramar Português”. *Revista do Ultramar. Revista da Comunidade Portuguesa e da Actualidade Ultramarina Internacional*, nº 20, (2º Trimestre de 1965).

Carmo, António. *Antropologia das Religiões*. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

Costa, A. Ribeiro da (Cap.). “Macau e a Porta do Cerco”. *Polícia Portuguesa. Revista Ilustrada*, nº 155 - Série 1, (Janeiro/Fevereiro de 1963).

“Polícia de Segurança de Macau”. *Polícia Portuguesa*, nº 5 -Série 1, (Janeiro/Fevereiro de 1938).

Gorgulho, Carlos de Sousa (Cap.). “Macau – Polícia de Segurança Pública”, *Polícia Portuguesa*, nº 9 -Série 1, (Setembro/Outubro de 1938).

Ministério das Colónias. 1934. “Decreto nº 23:494”, *Diário do Governo*, 1ª Série, nº 19 (Janeiro): 117-123. Torna aplicável às forças militares coloniais, o regulamento de uniformes do exército metropolitano.

Ministério do Interior. 1936. “Decreto nº 26:885”, *Diário do Governo* 1ª Série, nº 190 (Agosto): 950-963. Aprova o plano de uniformes da polícia de segurança pública e seus modelos.

Glaserapp, Helmuth Von. *Religiões Não Cristãs*. Lisboa: Editora Meridiano, 1965.

Riello, Giorgio. *Cotton –The Fabric that Made the Modern World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.



# estou aqui adultos



O sorriso não tem idade nem condição

 **POLÍCIA**  
SEGURANÇA PÚBLICA

AA00000  
Call/Liga 112

 **altice**  
fundação



As pulseiras **ESTOU AQUI** são dirigidas a pessoas que, em função da idade ou de patologia, possam ficar desorientadas ou inconscientes, ainda que momentaneamente na via pública.



São um modo rápido e seguro de efetivar o encontro da pessoa com familiar/responsável, previamente identificado.



A pulseira não possui localizador GPS ou outro sistema de localização.



Não é um dispositivo de emergência médica.

